

IMPERIALISMO E INTERESSES RECÍPROCOS

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 20.06.1980

O Relatório Brandt, resultado dos trabalhos de uma Comissão Internacional presidida por Willy Brandt, sob os auspícios das Nações Unidas, é mais um sintoma de que as relações de forças entre os países subdesenvolvidos, do Sul, e os desenvolvidos, do Norte, estão mudando a favor dos países subdesenvolvidos. O pressuposto fundamental deste relatório é o de que existem interesses recíprocos entre os dois tipos de países, de forma que haveria interesse por parte dos países centrais em promover o desenvolvimento dos países periféricos. Este pressuposto reflete um fato objetivo: torna-se cada vez mais difícil para os países desenvolvidos estabelecer uma relação meramente exploratória com os países do Sul, especialmente aqueles que alcançaram um estágio de subdesenvolvimento industrializado (os “new industrial countries”, NICs, na linguagem internacional), de forma que não resta outra alternativa senão dar ênfase aos interesses recíprocos e propor negociações.

A principal qualidade do Relatório Brandt está no fato de reconhecer e indignar-se com as diferenças econômicas entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos e de propor uma série de medidas tendentes a encaminhar a solução destes problemas a partir de um maior diálogo Norte-Sul. Ainda que as medidas possam merecer críticas por serem insuficientes, idealistas ou representarem afinal o ponto de vista do Norte, elas podem se transformar em uma base objetiva para negociações. O principal defeito do Relatório Brandt, entretanto, está no fato de esconder ou ignorar os interesses contraditórios entre os países centrais e periféricos. Este fato foi muito bem salientado por Severo Gomes no recente Seminário sobre o Relatório Brandt realizado sob a coordenação do ILDES em Canela. É preciso explicitar o conflito, denunciar o imperialismo, para que nas negociações, os países subdesenvolvidos possam obter vantagens efetivas.

Ainda que elaborado por uma comissão internacional, o Relatório Brandt representa um movimento do Norte em relação ao Sul. É uma proposta de diálogo que reflete a mudança na relação de forças que vem ocorrendo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos em favor destes últimos. As matérias-primas que os países subdesenvolvidos detém tornam-se cada vez mais escassas, diversos países subdesenvolvidos já alcançaram um nível intermédio de industrialização e são capazes de se defender. Por outro lado a crise econômica e energética mundial, e a necessidade de reciclar volumes crescentes de petrodólares exigem para sua solução que os países do Sul se transformem em mercadorias cada vez melhores para as exportações dos desenvolvidos. É a partir desses fatos que se pode falar na existência de interesses recíprocos entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, os quais é também necessário explicitar para em seguida serem base de negociação.

Eliminada a perspectiva insustentável (alimentada, geralmente pelos países do Norte) de que os países desenvolvidos buscam generosamente a eliminação da pobreza nos países subdesenvolvidos, existem duas alternativas para avaliarmos as relações entre os dois tipos de países: uma alternativa é dar ênfase à relação basicamente imperialista e portanto exploratória; a outra é procurar os interesses mútuos. Estas duas alternativas não são estritamente exclusivas e a prevalência de uma ou de outra dependerá, basicamente, da relação de forças entre os dois tipos de países.

A relação imperialista pura consiste na extração do excedente econômico através de tributos ou de preços de exportação e importação estabelecidos unilateralmente pelo país central. Esta alternativa só é possível nos quadros de um estrito regime colonial e está praticamente superada.

Uma segunda relação imperialista, já um pouco mitigada, porque melhorou a relação de forças para o subdesenvolvido graças à independência política, está baseada na troca desigual via comércio internacional. Essa teoria foi desenvolvida inicialmente por Prebisch. A transferência do excedente ocorre através da incapacidade dos países subdesenvolvidos de conservarem para si os ganhos de produtividade, o mesmo não ocorrendo com os países centrais.

Nestas alternativas, principalmente na segunda, é essencial a aliança do imperialismo com uma oligarquia local, geralmente uma burguesia mercantil. As multinacionais podem aparecer, mas são ainda basicamente empresas agrícolas, extrativas e comerciais, que constituem enclaves nos países subdesenvolvidos. Grande parte do excedente é transferido para o exterior, mas, na segunda alternativa, a oligarquia local já participa de uma parcela do mesmo.

Na medida, entretanto, em que surge no país subdesenvolvido ou numa burguesia industrial local e/ou uma tecnoburocracia estatal capazes de reconhecer seus interesses nacionais e iniciar um efetivo processo de industrialização, temos uma terceira alternativa. Nesta o imperialismo vai se tornando ainda mais mitigado ao mesmo tempo em que os países desenvolvidos começam a pensar em interesses recíprocos na medida em que o país subdesenvolvido encontre-se em um nível intermédio de desenvolvimento. Teremos, então, uma situação de desenvolvimento industrializado, em que cabe ao estado e portanto à tecnoburocracia estatal um papel decisivo no diálogo com os países centrais e na defesa dos interesses nacionais.

É claro que esta tecnoburocracia poderá aliar-se à burguesia local (quando ela existir) e fazer acordos os mais diversos com o capitalismo internacional, que poderão, inclusive, implicar em graves prejuízos para o país. A independência da tecnoburocracia local em relação às multinacionais e ao capital financeiro internacional dependerá em grande parte da vigilância a que for submetida pelas forças populares. Na medida em que os trabalhadores estiverem melhor organizados, permitindo que a tecnoburocracia encontre neles um apoio, a probabilidade de uma ação por parte do estado mais consentânea com os interesses nacionais será muito maior.

Nesta terceira alternativa o imperialismo continua a operar através da troca desigual e de financiamentos a taxas de juros elevados. Mas os controles dos países desenvolvidos nesta área são maiores, especialmente na medida em que consigam fazer acordos internacionais de preços. Por outro lado, surge uma nova realidade, a empresa multinacional manufatureira, que não pode ser considerada um mero mecanismo de transferência de excedente dos países subdesenvolvidos para os desenvolvidos. Ela ainda

tem esse papel, mas ao mesmo tempo é uma agência fundamental de organização da produção de excedente nos países que as recebem.

E no quadro dessa terceira alternativa, na qual a relação de forças entre o país subdesenvolvido é melhor do que as anteriores, que podemos falar em interesses recíprocos.

Os países subdesenvolvidos necessitam fundamentalmente de duas coisas dos países do Norte: crédito a juros baixos e transferência de tecnologia a preços razoavelmente baratos. Crédito o capital financeiro internacional está disposto a fornecer, mas a custos muito elevados, devido inclusive aos riscos crescentes que decorreram da necessidade de reciclar os petrodólares. É claro que necessitamos fortalecer e criar novas agências de crédito internacional, nos moldes propostos pelo Relatório Brandt. Os países desenvolvidos precisam dos mercados dos países do Sul. Não há, portanto, outra alternativa senão aumentar o volume de crédito e portanto aceitar índices de endividamento internacional muito mais elevados do que os vigentes antes da crise do petróleo. Senão será impossível reciclar os petrodólares e a economia mundial continuará em recessão.

É claro que é preciso saber aplicar os recursos destes financiamentos. O Relatório Brandt salienta este fato muito adequadamente, dando ênfase aos pontos que permitam superar os índices insuportáveis de pobreza, de analfabetismos, de desnutrição e de más condições de saúde existentes em todos os países subdesenvolvidos, mesmo naqueles que já alcançaram um nível intermediário de desenvolvimento. Mas em relação a este problema a responsabilidade terá que ficar fundamentalmente com os próprios países subdesenvolvidos. Ou eles se organizam política e economicamente, a partir de bases populares, ou a miséria e a desigualdade continuarão a imperar, apesar de todos os financiamentos.

Em relação à transferência de tecnologia as dificuldades também são imensas, porque é certo que os países do Norte têm todo o interesse em não transferir tecnologia. Querem transferir capital, que lhes proporcione mais-valia, mas não querem transferir tecnologia, cujo monopólio é sua principal vantagem. Mas aqui também o problema é essencialmente

dos países do Sul e de sua capacidade de se organizar e se estruturar para absorver a tecnologia externa.

Em síntese não há dúvida de que existem interesses mútuos crescentes entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, especialmente na medida em que as ações meramente imperialistas vão ficando cada vez mais difíceis. Mas para explicitar e tirar vantagens desses interesses recíprocos será necessário negociar. Estas negociações, por sua vez, dependerão da capacidade das elites tecnoburocráticas e eventualmente burguesas existentes nos países subdesenvolvidos. Mas essas elites dificilmente terão a independência e a audácia necessárias, se não contarem com o apoio (ainda que relativo) e a vigilância das classes populares. A relação de forças entre desenvolvidos e subdesenvolvidos dependerá em grande parte desta capacidade de organização dos trabalhadores dos países subdesenvolvidos, na medida em que esta organização condiciona a própria identidade nacional de cada país. Ora, só é possível aos trabalhadores se organizarem na medida em que se estabeleça a democracia. Por isso é possível afirmar que a democratização nos países subdesenvolvidos é também uma condição fundamental para o fortalecimento desses países em seu dialogo e em seu confronto com os desenvolvidos.(20/06/80)